

O governo João Goulart em cena: a Legalidade e as Reformas de Base na imprensa do Rio Grande do Sul (1961-1964)

Diego Orgel Dal Bosco Almeida¹

Um difícil começo. Talvez seja essa uma consideração importante ao se iniciar qualquer tentativa de compreensão histórica do governo João Goulart. Inúmeros são os fatores que contribuem para fundamentar nossa afirmação. Esquecido durante muitos anos pela historiografia, João Goulart foi primeiramente relegado para a ante-sala da história da memória política brasileira. Tanto entre seus adversários quanto entre seus aliados, as imagens construídas foram quase sempre muito negativas e profundamente marcadas por fortes posicionamentos ideológicos produzidos no calor dos acontecimentos². Atualmente, a historiografia brasileira vem recuperando³ a figura política de João Goulart com base em novas teorias e metodologias da história, reivindicando, afinal, um outro papel para o ex-presidente na história do Brasil. Tratamos aqui, portanto, de uma temática espinhosa e ao mesmo tempo ousada: i) espinhosa porque sobre o governo João Goulart recaem quase sempre adjetivações de forte cunho ideológico que funcionam a partir de uma lógica binária: direita e esquerda ou golpistas e legalistas; ii) ousada porque, ao contrário da lógica binária, tentamos interrogar o governo do ex-presidente a partir das suas diferenças constitutivas. Isto é, as formas como foram construídas as diversas visões sobre o seu governo sem com isso propor qualquer ponto demarcatório singular que explicasse apenas seus sucessos e desventuras. Ao contrário de uma abordagem de cunho ideológico ou de uma abordagem que procura somente compreender “o papel” (no singular) do governo João Goulart na história do Brasil, focalizamos nossas atenções para o terreno das linguagens, procurando não somente mostrar as diferentes posições político-ideológicas

¹ Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Foi professor substituto da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutorando em História Íbero-Americana pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Cnpq).

² FERREIRA, Marieta de Moraes. (coord). *João Goulart*. Entre a memória e a história. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.

³ São trabalhos expoentes dessa historiografia: FERREIRA, Jorge. (org). *O Populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1987. GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Jorge. *Jango e as múltiplas faces*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

dos jornais do Rio Grande do Sul frente ao governo João Goulart (1961-1964), mas compreender também, através da interpretação de suas unidades informativas, as suas possíveis aproximações. Para isso, as interpretações expostas no presente texto tiveram como base de pesquisa o noticiário político e os editoriais de dois dos jornais de maior circulação no Rio Grande do Sul nos anos 1960: o Última Hora e o Correio do Povo. A escolha desses dois jornais como principal fonte de pesquisa, bem como o tema acerca da Legalidade e das Reformas de Base reflete, como em todo trabalho com critérios de cientificidade, as posições tomadas ao longo de nosso percurso de pesquisa, além de opções teórico-metodológicas específicas e a consideração sobre a relevância social que esses fatos tiveram para a sociedade da época, haja vista o espaço que ocuparam nas páginas dos referidos jornais. Não procuramos, em nenhuma das hipóteses levantadas no decorrer de nosso texto, uma “ontologia” sobre o papel do governo João Goulart, nem mesmo fechar a trajetória do ex-presidente numa única lógica significativa. Ao contrário, nossas intenções são de compreender as possibilidades de significação que o governo João Goulart teve na época de sua atuação, entendendo a imprensa da época como um meio privilegiado de acesso a essas significações.

Imprensa e linguagem

Imaginemos os ancestrais mais remotos do homem procurando expressar suas angústias e perplexidades diante daquilo que conheciam como realidade registrando, nas paredes das cavernas, momentos de seu cotidiano. Milhares de anos depois, a sociedade contemporânea continua fazendo a mesma coisa através da linguagem expressa nos jornais, na televisão, no cinema e nas revistas⁴. Os registros daquilo que acontece nas nossas vidas não é, portanto, algo propriamente novo, mas revestido das angústias e das perplexidades de cada contexto. Acreditamos não ser possível “acessar” o contexto de uma determinada época sem compreender a linguagem que é própria a essa mesma época.

Sendo assim, não podemos compreender um texto do noticiário político, aqui entendido como um discurso, somente dentro da esfera exclusiva dos textos, pois as

⁴ STROZENBERG, Llana. Antropologia e comunicação: que conversa é essa? In: TRAVANCAS, Isabel; FARIAS, Patrícia. *Antropologia e comunicação*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

relações discursivas não são internas aos discursos. Não entendemos, portanto, a linguagem apenas como correlata do social, mas sim constitutiva dele⁵.

Procuramos, nesse sentido, avaliar o caráter polissêmico dos textos dos editoriais e noticiários políticos dos jornais Última Hora e Correio do Povo demonstrando de que forma são construídos os sentidos ali presentes através dos códigos produzidos por uma cultura e que são mobilizados tanto por autores quanto pelos leitores. Nesse ponto, fundamentamos nossas interpretações a partir dos escritos de Roland Barthes⁶ e Mikhail Bakhtin⁷. Para Barthes, o texto único não seria o acesso indutivo a um modelo, mas uma entrada de mil entradas, não uma estrutura legal de normas e desvios, mas uma perspectiva de fragmentos de vozes vindas de outros textos, de outros códigos. Para Bakhtin, o texto não pode ser visto como algo único, pois faria parte de um “tecido de muitas vozes”. Examinar o noticiário político da época do governo João Goulart talvez seja compreender o contexto de forças, idéias e (res)sentimentos que foram mobilizados, a “favor” ou “contra” o presidente, entendendo que esses são resultados de processos dinâmicos e contínuos, tensos e instáveis que estão entrepostos na composição de sentido dos noticiários políticos e editoriais do Última Hora e do Correio do Povo.

Renúncia, Legalidade e pontas de icebergs

Pontas de icebergs. Uma instigante metáfora para um contexto marcado por tensões e acirramentos no cenário político do Brasil. Para muitos historiadores e estudiosos do período, 1961 é quase como uma baliza natural que marca não só o início do governo João Goulart, mas também contém em si os germes das causas dramáticas

⁵ Fundamentam as nossas posições, as obras de Michel Foucault e Robin George Collingwood. Conforme o primeiro, o discurso não seria apenas um conjunto de signos, elementos significantes que remetem a conteúdos e representações. Discursos são práticas que formam sistemática e gradualmente os objetos de que falam. O que haveria, portanto, é uma construção conjunta do lingüístico e do social. O discurso não é simplesmente algo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação da sociedade. O discurso é aquilo pelo que se luta, ou o poder de que queremos nos apoderar. Para Collingwood, um determinado contexto passado só pode ser reconhecido através da linguagem que lhe é própria. Seria preciso imergir no vocabulário de uma época para só assim ser possível compreendê-la. E mais: para o historiador britânico não há história sem o conhecimento da linguagem. FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.; COLLINGWOOD, Robin George. *A idéia de história*. Lisboa: Editorial Presença, s/d.

⁶ BARTHES, Roland. *S/Z*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1992.

⁷ BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1987.

do seu final. Talvez numa visão um tanto maniqueísta e linear do passado, 1961, por si só, seria a ponta do iceberg que só seria visto por completo em 1964. Ainda que essa proposta historiográfica esteja muito presente entre os historiadores de uma maneira geral, não a consideramos como determinante. Concordamos com a metáfora do iceberg tomando-a emprestada na constituição de nossos argumentos no sentido de interpretar o que se tornaria notícia de grande relevância social na época: a renúncia do presidente Jânio Quadros, no dia 25 de agosto de 1961, e os dias posteriores que discutiram a posse legal do então vice-presidente da República, João Goulart: “renúncia” e “Legalidade” seriam as pontas de nossos icebergs.

O jornal *Correio do Povo*, no dia 26 de agosto de 1961, portanto um dia depois da renúncia do presidente Jânio Quadros publica um texto editorial que diz:

Está o Brasil vivendo, desde ontem, mais um destes momentos desconcertantes que, em nosso país, e em toda a América Latina, costumam periodicamente sustar a marcha normal de nossa incipiente democracia. Renunciou o presidente Jânio Quadros, após menos de sete meses de governo, sem que se possa aquilatar nitidamente quais as razões imediatas, quais os processos, enfim, que determinaram com tanta subitaneidade esta gravíssima decisão. A perplexidade dos primeiros momentos, sucedeu, na maior parte do povo de nossa capital, e, seguramente, de todo o País, um sentimento de apreensão. Seja como for, assistimos agora a mais um destes fatos tão prejudiciais à saúde do regime como ao próprio conceito de nação no exterior. E registremos, melancolicamente, que a simples divulgação da renúncia presidencial fez, ontem, em poucas horas, o dólar subir de Cr\$ 277,00 para Cr\$ 290,00.⁸

No jornal *Última Hora*, a renúncia também será abordada:

O violentíssimo impacto emocional que o povo brasileiro vem de sofrer neste fatídico dia seguinte ao 24 de agosto, com a notícia da renúncia do Sr. Jânio Quadros à Presidência da República, obriga a todos aqueles que têm a mínima parcela de responsabilidade nas mãos, a reunir todos os seus esforços em defesa da liberdade e do regime. *Última Hora*, com plena consciência de seus deveres de imprensa, nesta hora de apreensões e inquietações, dirige um apelo ao povo gaúcho, em geral, e em especial às classes trabalhadoras: mantenham a ordem, evitem explosões emocionais, fujam às provocações, permaneçam vigilantes em defesa do regime democrático, o único que pode assegurar o Brasil a sobrevivência como Nação soberana e digna de seu destino. Lembrai-vos, povo gaúcho, do supremo sacrifício de Getúlio Vargas e inspirai-vos nele.⁹

⁸ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 26/8/1961. p.1.

⁹ *Última Hora*, Porto Alegre, 26/8/1961. p.3.

Antes de qualquer compreensão mais aguda sobre os textos apresentados, é importante salientar que os anos 1960, em certa medida, marcam uma mudança salutar no formato dos periódicos diários no Brasil. Desde os anos 1940 e, sobretudo, depois do fim da II Guerra Mundial, o Brasil e os demais países da América Latina, sofreram uma forte influência dos chamados ventos democráticos. A influência norte-americana no plano cultural e como referência foi estimulada pela vitória dos países aliados e abarcou também mudanças significativas na imprensa, primeiramente no Rio de Janeiro e depois nos demais centros urbanos da época. Os periódicos brasileiros que até meados dos anos 1950 seguiam o modelo francês de jornalismo, cuja técnica de escrita era bastante próxima da literária, foi, pouco a pouco se transformando num jornalismo mais empresarial, seguindo um modelo mais aproximado ao norte-americano. O modelo francês de jornal, que era um espaço privilegiado para gêneros mais livres e opinativos, como a crônica, o artigo polêmico e o de fundo, deixou de ser um espaço de comentários, de opiniões e experimentações estilísticas e começou a ser pensado como um lugar neutro e independente. O jornalismo a partir dos anos 1950 privilegiava a informação transmitida de forma “objetiva” e “imparcial”.¹⁰

As técnicas americanas impuseram ao jornalismo noticioso um conjunto de restrições formais que diziam respeito tanto à linguagem quanto à estruturação do texto. As regras de redação deveriam, supostamente, retirar do jornalismo noticioso qualquer caráter emotivo e participante. O jornalismo brasileiro a partir dos anos 1950 passaria a ser “o espelho da realidade”. Assim, vistos como emergindo naturalmente do mundo real, os acontecimentos, concebidos como notícia seriam a unidade básica de construção dos jornais. Tanto no *Correio do Povo*, quanto no *Última Hora*, a adoção de uma narrativa abreviada, sem toques rebuscados de poesia e literatura, estava associada a uma nova lógica temporal, da velocidade, do tempo do trabalho, do tempo da sociedade industrial e urbana.

Seja como for, ambos os jornais dirigiram suas atenções para a renúncia de Jânio Quadros naqueles dias de 1961 e estruturaram seus noticiários em torno disso. A

¹⁰ Todas as alusões aqui apresentadas sobre a recepção dos padrões norte-americanos na formatação dos periódicos brasileiros e a conseqüente modernização da imprensa são retiradas das interpretações de: GOULART, Ana Paula Goulart. *Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 31, 2003. p. 147-160.

narrativa de ambos os jornais, apesar de se dirigirem ao mesmo signo global, foram construídas de maneiras diversas que ora se aproximam e ora se afastam. Assim, resta-nos saber a forma pela qual esses jornais se utilizaram de sistemas de significação para produzir um significado para a renúncia do presidente.

No Correio do Povo, a expressão “mais um destes momentos desconcertantes” procura lamentar a renúncia que “em nosso país, e em toda a América Latina, costumam periodicamente sustar a marcha normal de nossa democracia”. Através da lógica do jornalismo norte-americano, na pirâmide invertida, aquilo que possui maior relevância vem logo nas primeiras frases. Sendo assim, ao que parece, a renúncia do presidente Jânio Quadros ficaria atribuída a uma condição, não só do país, mas como de toda a América Latina, de atraso em relação à democracia. São recorrentes aí as interpretações sobre o Brasil que estavam em voga na época da renúncia do então presidente Jânio Quadros. Em praticamente todas elas o Brasil aparecia como um país condenado ao subdesenvolvimento e ao atraso com relação aos princípios universais da civilização ocidental que foram preconizados a partir do Iluminismo. Não somente os intérpretes do Brasil considerados mais conservadores como Oliveira Vianna ou Azevedo Amaral, mas outros como Sérgio Buarque de Holanda, escreveram uma história do Brasil que procurava evidenciar faltas e carências na relação com o projeto da modernidade¹¹. Tais concepções já eram, nos anos 1960, objeto de revisões por parte da historiografia, porém, já disseminadas nas leituras mais usuais do Brasil, como na imprensa, por exemplo. Além disso, a expressão: “assistimos agora a mais um destes fatos tão prejudiciais à saúde do regime como ao próprio conceito de nação no exterior”, alude ao regime democrático brasileiro como “doente” e que isso prejudicaria o país na relação com as demais nações do globo. Sobretudo, o tom geral é melancólico: “E registremos, melancolicamente, que a simples divulgação da renúncia presidencial fez, ontem, em poucas horas, o dólar subir de Cr\$277,00 para Cr\$290,00”. Os significados dados à renúncia, como coloca o próprio editorial do periódico, ainda não são completamente compreensíveis: “sem que se possa aquilatar imediatamente”, porém, a renúncia do presidente Jânio Quadros fica associada a interrupção “da marcha normal” da democracia.

¹¹ Sobre as interpretações do Brasil ver: REIS, José Carlos. As identidades do Brasil. De Varnhagen a FHC. 9.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

No periódico Última Hora, as expressões: “violentíssimo impacto”; “sofrer”; “fatídico dia”; “responsabilidade nas mãos”; “deveres”; “explosões emocionais”; “defesa”; “sobrevivência”; “supremo sacrifício” formam um conjunto de representações que rivaliza com o jornal Correio do Povo, dando um significado para a renúncia de Jânio Quadros com contornos diferenciados e peculiares. A renúncia teria sido inicialmente entendida como tentativa de golpe e o periódico não perderia a oportunidade de relacionar a data com o 24 de agosto de 1954, que marca o suicídio do ex-presidente Getúlio Vargas. Outra questão importante é a forma como o editorial se dirige aos leitores: as expressões “povo gaúcho” e “classes trabalhadoras” são utilizadas como formas de tratamento. Apesar de evitar “explosões emocionais” e fugir “às provocações”, o “povo gaúcho” e as “classes trabalhadoras” deveriam permanecer “vigilantes em defesa do regime democrático”, garantindo a “sobrevivência” do Brasil como “Nação soberana”. A inspiração do “povo gaúcho”, em especial, deveria partir do “supremo sacrifício de Getúlio Vargas”. Nota-se, ainda, que a expressão “povo gaúcho” e “defesa” se repete mais de uma vez, enquanto que “classes trabalhadoras” aparece uma única vez. O periódico também se remete à questão nacional: a “Nação soberana” aparece calcada nos princípios universais do Iluminismo, pois só seria “digna de seu destino” se o “regime democrático” fosse assegurado. Nação e democracia aparecem associadas ao mito de Getúlio Vargas. Na complementação, a nação aparece como “supremo sacrifício”¹² numa fala interpelativa: “Lembraí-vos povo gaúcho, do supremo sacrifício de Getúlio Vargas e inspirai-vos nele.”

Dois dias após a renúncia de Jânio Quadros, ainda no periódico Última Hora, o veto à posse de João Goulart pelos ministros militares liderados pelo Marechal Odílio Denys, seria interpretado como um “golpe”:

O golpe é uma bofetada na face do Brasil. O golpe é uma afronta ao Rio Grande do Sul. Povo brioso, o brasileiro não recebe injúrias. Gente altiva, o gaúcho não se alaparda diante de ultrajes. Todo o Rio Grande do Sul precisa

¹² O significante do mito apresenta-se de maneira ambígua: de forma simultânea torna-se sentido e forma, pleno de um lado, vazio de outro. Enquanto sentido, o significante postula já uma leitura. O mito possui caráter imperativo e interpelatório. A significação apodera-se de um sentido primário para produzir e impor um novo sentido, dotado de valores particulares. BARTHES, Roland. *Mitologias*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

estar unido e mobilizado para a defesa das liberdades democráticas sob ameaça da insanidade golpista. Não está em causa o nome de um gaúcho – o nome do sr. João Goulart. Está em causa o que o presidente constitucional representa: a inviolabilidade da democracia, a verdade do voto, a legitimidade do mandato popular. Eis porque acima de todas as divergências políticas, partidárias ou pessoais, todo o Rio Grande do Sul, num empolgante espetáculo de unidade civil, une-se na determinação soberana de defender o regime. Impedir o presidente João Goulart de assumir a presidência da República é rasgar a Constituição.¹³

O texto do editorial do periódico Última Hora tem seus interlocutores: o “povo brioso” do “brasileiro” que “não recebe injúrias” e “gaúcho” que se torna sinônimo de “gente altiva” e “não se alaparda diante de ultrajes”. Mais uma vez, um sistema de significação procura dar um significado ou uma identidade para o “povo gaúcho” e o “povo brasileiro”. Chama atenção que a construção textual das significações separa o “brasileiro” do “gaúcho”. Ambos aparecem como interlocutores, mas a separação terá um caráter de mobilização: “todo o Rio Grande do Sul precisa estar unido e mobilizado para a defesa das liberdades democráticas sob ameaça das insanidades golpistas”. Aqui se repete a articulação do mito: “Não está em causa o nome de um gaúcho – o nome do Sr. João Goulart. Está em causa o que o presidente constitucional representa: a inviolabilidade da democracia, a verdade do voto, a legitimidade do mandato popular”. A expressão “gaúcho” que anteriormente estava associada ao “povo” que “não se alaparda diante de ultrajes” é posteriormente direcionada para a sua personificação: “o nome de um gaúcho – o nome do Sr. João Goulart”. A personificação, em certa medida, procura fixar, unificar e transcender as características que seriam atribuídas ao conjunto da sociedade, neste caso “todo o Rio Grande do Sul” que precisa estar unido em torno da “determinação soberana de defender o regime”, pois “impedir o presidente João Goulart de assumir a presidência da República é rasgar a Constituição”. Aqui, portanto, não só os princípios universalistas do Iluminismo, a saber, democracia, liberdade, Constituição, precisavam ser defendidos, mas seriam defendidos por “todo o Rio Grande do Sul, num empolgante espetáculo de unidade civil, une-se na determinação soberana de defender o regime”.

¹³ Última Hora, Porto Alegre 27/8/1961. p.3.

Chama atenção o fato dos editores lembrarem que João Goulart é “o nome de um gaúcho”: “gaúcho”; “todo o Rio Grande do Sul”; “povo”; são articulados com “democracia”; “verdade do voto”; “legitimidade”; “Constituição”. Não é por acaso: os processos de percepção do real e da identidade no Rio Grande do Sul e, por assim dizer, do “gaúcho” são resgatados sobretudo das sensibilidades como formas pelas quais os indivíduos e os grupos se dão a perceber, a si e ao mundo. O Brasil é apresentado como “o povo brioso” e o “gaúcho” como “gente altiva”: são dois povos representados, onde o “gaúcho” aparece, na esteira das sensibilidades e dos sentimentos que fundamentam uma certa percepção das coisas do mundo, como aquele que deveria “defender o regime”¹⁴. e dão lugar que os indivíduos devem tomar a partir do sentido de suas identidades.

No periódico *Correio do Povo*, daquela mesma data:

Porto Alegre preparava-se, com as devidas atenções e efusões, para receber hoje o Chefe da Nação, que deveria nesta capital permanecer alguns dias despachando com seus ministros, fazendo visitas e recebendo autoridades e particulares, como tudo estava minuciosamente programado. E ia chegar muito oportunamente o primeiro magistrado da República, uma vez que, horas depois de desembarcar do avião que o ia trazer, estava inaugurando o certame máximo da pecuária nacional, a já tradicional exposição do Menino Deus, mostra da operosidade e do espírito progressista dos criadores gaúchos. Estava reservada, porém, à população da capital sul-rio-grandense como à de todo o Estado e de

¹⁴ São obras expoentes na literatura do Rio Grande do Sul que contribuíram para a construção em torno de um imaginário em torno do “gaúcho” desde finais do século XIX: *A divina pastora*, obra de José Antônio do Vale Caldre e Fião em 1847, que já traz consigo os princípios que depois seriam consolidados no delineamento ufanista do perfil gaúcho: altivez, bravura, espírito indômito. O texto é composto por várias passagens que remontam à Revolução Farroupilha. O desdobramento dessa imagem do herói medieval de tradição romântica teria continuidade no segundo romance de Caldre e Fião: *O Corsário*, de 1849, no qual um personagem central da trama se afirma, em trova gauchesca: “Nestes pagos sou muito conhecido/por monarca de grande opinião”. O delineamento do tipo ideal já estaria lançado e ajustou-se, em 1870, para o romance *O Gaúcho*, escrito por José de Alencar. O “centauro dos pampas” seria metade homem, herda os princípios da nobreza de alma, da metade animal, herda a força, a intrepidez e a mobilidade de quem não conhece jugos. O tempo dessas obras é, a rigor, um tempo mítico porque aprisiona as percepções e induz à apreciação sem maiores julgamentos. Mesmo em trabalhos que se pretendiam mais “científicos” teriam o objetivo de delinear um “tipo rio-grandense” e sua história gloriosa. São representantes significativos: João Maia em *História do Rio Grande do Sul para o ensino cívico*, de 1898 e *História literária do Rio Grande do Sul*, de João Pinto da Silva que foi publicada em 1924. Nessa, inclusive, o autor afirma que “o símbolo histórico do Rio Grande teria de ser sempre, fatalmente, um guerrilheiro”. Posteriormente, o próprio Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul consolidaria pelos caminhos da ciência a postura já adotada pela literatura. PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Ressentimento e Ufanismo: sensibilidades do sul profundo*. In: BRESCIANI, Maria Stella; NAXARA, Márcia. (orgs.). *Memória e (Res)sentimento. Indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. p.223-238

todo o País uma surpresa estarrecedora, traumatizante, talvez até ainda mais agravada pela apontada circunstância, à qual se veio assim, chocantemente, juntar aquilo que ninguém, em qualquer ponto do território nacional, poderia esperar: a renúncia do Presidente da República. O Brasil, três lustros incompletos depois de sua reconstitucionalização, após um longo período ditatorial, que lhe perturbou e atrasou a evolução política, sempre orientada, malgrado certos hiatos e descaminhos, logo porém superados, pela incoercível vocação democrática e liberal do povo brasileiro, vê-se agora, mais uma vez diante de uma emergência de crise política, pontilhada de incertezas e temores e sob o abalo de uma mudança de chefia de governo. Não há dúvida de que é um momento grave. Mas, precisamente grave. Mas, precisamente por isso, porque o é, e não há como disfarçá-lo, é que se faz mister uma determinada firme, inabalável convergência e união de vontades e esforços neste sentido, antes e acima de tudo, da preservação da ordem constitucional e da paz pública. Para que nosso país, cioso de sua soberania e independência, se mantenha no caminho da restauração dos princípios éticos de governo e administração, e do desenvolvimento nacional, integrado na comunhão continental, ainda há pouco revitalizada e robustecida através dos compromissos da carta de Punta Del Este. O essencial é que, em tudo o que aconteceu e venha acontecer, se preserve o regime e se resguardem as liberdades individuais, sob a égide da Constituição e das instituições que ela consagra, a fim de que o povo possa continuar trabalhando em paz e segurança, a coberto de aventuras e desatinos.¹⁵

Assim “como tudo estava minuciosamente programado”, a visita do “primeiro magistrado da República” que “inaugurando o certame máximo da pecuária nacional, a já tradicional exposição do Menino Deus”, mostraria a “operosidade” e o “espírito progressista dos criadores gaúchos”, o “povo” deveria “continuar trabalhando em paz e segurança, acoberto de aventuras e desatinos”. Mais uma vez, são atualizados no editorial do Correio do Povo, os princípios do Estado democrático e das chamadas “liberdades individuais”, no entanto, sem que apareçam, como acontece no Última Hora, os defensores desses princípios. Aos “gaúchos” fica reservado o espaço da pecuária e do comércio de projeção “nacional”. O Rio Grande do Sul aparece teria sido surpreendido e o resultado seria o trauma e o estarrecimento: “um surpresa estarrecedora, traumatizante”. A “evolução política” é entendida, mais uma vez, a partir da democracia e do liberalismo: “O Brasil, três lustros incompletos depois de sua reconstitucionalização, após um longo período ditatorial, que lhe perturbou e atrasou a evolução política, sempre orientada, malgrado certos hiatos e descaminhos, logo porém superados, pela incoercível vocação democrática e liberal do povo brasileiro”. Diferentemente do editorial do periódico Última Hora, o Correio do Povo faz duas

¹⁵ Correio do Povo, Porto Alegre, 27/8/1961. p.2.

alusões a “paz”. A primeira na associação com a “inabalável convergência e união de vontades” para a “preservação da ordem institucional”: a “paz” seria, antes de tudo, “pública”. A segunda alusão fica para a conclusão do editor: “O essencial é que, em tudo o que aconteceu e venha a acontecer, se preserve o regime e se resguardem as liberdades individuais, sob a égide da Constituição e das instituições que ela consagra, a fim de que o povo possa continuar trabalhando em paz e segurança, acoberto de aventuras e desatinos”. Há, portanto, uma diferença marcante: o Última Hora utiliza e nomeia os atores da defesa. No Correio do Povo, a “paz” seria imprescindível para a “incoersível vocação democrática e liberal do povo brasileiro”. A imagem quase mítica do gaúcho como por natureza “altivo” não aparece. “Progressista”; “evolução política”; “minuciosamente programado”; “incoersível vocação democrática e liberal” sistemas de significação que pretendem uma certa ordem de desenvolvimento e progresso muito semelhante aos países do leste europeu e dos Estados Unidos. De certa forma, como já dissemos anteriormente, tais concepções já estavam disseminadas, em maior ou menor grau, naquilo que se entendia como a nação brasileira.

Também no Correio do Povo, o desfecho da campanha da Legalidade e a posse de João Goulart na presidência da República no sistema parlamentarista será abordado. O editorial do dia 7 de setembro de 1961 diz:

Rendamos graças à Divina Onipotência, por haver este 7 de setembro, que se cercara de tantas apreensões, pois que seu transcurso poderia ter sido marcado por acontecimentos de imprevisíveis conseqüências, se ter convertido, afinal, em motivo de confraternização nacional, quando todos os brasileiros permaneceram atentos, mesmo nos mais remotos rincões da Pátria, à cerimônia de investidura do novo governo da República, perante o Congresso Nacional na capital do país. Contudo, já com o chefe da Nação empossado em suas funções de supremo magistrado e por se constituir o Conselho de Ministros, o governo de gabinete, do qual tivemos experiência durante o Segundo Império, reúne, ao entender de muitos, além da virtude que teve para conjurar a crise suscitada com a renúncia do sr. Jânio Quadros, condições para perdurar e se impor ao conceito geral, desde que os homens incumbidos de dar-lhe execução não percam de vista a responsabilidade que assumem de bem credenciá-lo à consulta plebiscitária a que poderá ser submetido por força da própria lei que o instituiu. Do contrário, o país ficará sujeito a mais uma reviravolta, que nos colocará perante o mundo civilizado como nação que ainda não acertou com seus rumos definitivos, em que pese o amadurecimento da idéia parlamentarista na consciência dos legisladores que votaram o ato adicional à Constituição da República.¹⁶

¹⁶ Correio do Povo, Porto Alegre, 7/9/1961. p.3.

O texto inicia sublinhando que aquele 7 de setembro de 1961 era diferente dos demais, porque havia se tornado uma “confraternização nacional” em detrimento de “acontecimentos de imprevisíveis conseqüências”. No decorrer do editorial, concede ao parlamentarismo uma visão de “se impor ao conceito geral”, isto é, a linha editorial tende a aceitar o parlamentarismo enquanto sistema de governo desde que seus defensores “não percam de vista a responsabilidade que assumem de bem credenciá-lo à consulta plebiscitária” referindo-se ao plebiscito ocorrido em janeiro de 1963. Ao final, o editor faz referência ao que chama de “mundo civilizado” para enfatizar a importância da adoção da idéia parlamentarista “na consciência dos legisladores que votaram”. Ao contrário, os editores do periódico Última Hora não publicam um discurso comemorativo em relação à posse de Jango, ainda que colocasse a importância do apoio popular em todo esse processo:

Desta vez a posse não é uma festa, é uma responsabilidade. O homem que hoje vestir a faixa vale mais como símbolo de uma vitória popular, do que como um presidente. Não é um princípio, é uma conclusão. Vitória ingrata teve o povo que garantiu a posse, mas perdeu o governo para o Congresso. E essa é a maior alegria do dia de hoje. Alegria de ver a Constituição respeitada e o candidato que o povo elegeu empossado dentro da legalidade. Fora disso, há mais temor que alegria. Temor, porque o Brasil recém-lançado em novos rumos, vai sofrer uma reviravolta. Nem bem foram postos os alicerces, mudou o arquiteto. Que casa vai terminar saindo é coisa que ninguém sabe, embora todo Brasil cogite. Dentro desse curioso sistema parlamentarista que o Brasil criou a sua moda, o presidente decide uma vez e não decide mais. Decide apenas quando indica o gabinete para o Congresso aprovar ou não. Aprovado, o primeiro-ministro brilha com toda a intensidade e ofusca completamente o presidente da Nação que se transforma em anfitrião de personalidades ilustres e personagem de crônica social. A posição não é nada invejável.¹⁷

Reformas e re-formas

A partir do impasse para a aprovação das reformas no Congresso, os jornais exploraram todo tipo de problema no governo. As formas como, tanto o jornal Correio do Povo quanto o jornal Última Hora, refletiram e significaram o impasse em torno das reformas revela mais do que um simples relato de fatos, mas posições político-

¹⁷ Última Hora, Porto Alegre, 7/8/1961. p.3.

ideológicas diferenciadas. No Correio do Povo, as manifestações públicas de João Goulart aparecem a partir do seguinte excerto:

[...] durante os últimos 18 meses, de absoluto respeito e acatamento da legalidade, me dispensam de fazer qualquer declaração complementar a respeito do meu propósito de continuar fiel às mesmas convicções de minha formação democrática. Não alimento outro propósito que não seja o de corresponder, na medida das minhas forças, ao apelo tão inequívoco representado pelo pronunciamento, praticamente da unanimidade do povo brasileiro. Para tanto, necessito e espero contar com a colaboração de todos aqueles que colocam os interesses do país acima de quaisquer divergências, pois bem compreendo que entre os meus deveres se inclui o de coordenador dos esforços imprescindíveis à solução dos graves e prementes problemas que nos estão convocando.¹⁸

O pronunciamento de João Goulart, transcrito na íntegra pelo noticiário político do Correio do Povo, aparece acompanhado na sequência das edições do Correio do Povo, por notícias sobre o Congresso:

A respeito da calma reinante na Câmara dos Deputados, existe no espírito dos parlamentares certa inquietação, em virtude dos acontecimentos em torno da votação dos projetos de reformas, especialmente o que se refere à Agrária. Estas apreensões foram reveladas por diversos deputados. Na análise que fazem da situação, os homens de maior experiência nas duas casas do Congresso, concluem pela afirmativa que o país vive sua hora difícil e seu panorama político não é dos melhores. Seus esforços não propiciaram grande avanço, logrando apenas a afirmativa que lhe fizeram os líderes do Partido Social Democrático, Partido Social Progressista e União Democrática Nacional de que não concordam com a alteração do regimento interno para a votação de matéria constitucional, sob o mesmo processo utilizado para a solução da grave crise que se seguiu à renúncia do sr. Jânio Quadros e da qual resultou a implantação do parlamentarismo no país.¹⁹

A expressão “certa inquietação” aparece para adjetivar o “espírito dos deputados” “em torno da votação dos projetos de reformas”. “Apreensões” que “forma reveladas por diversos deputados” que representariam os “homens de maior experiências nas duas casas do Congresso”. Em toda a sequência das edições do Correio do Povo, o periódico exacerba as notícias do Congresso e a posição das “casas

¹⁸ Correio do Povo, Porto Alegre, 15/1/1963. p. 8.

¹⁹ Correio do Povo, Porto Alegre, 4/4/1963. p.1.

legislativas” associadas a “sua hora difícil”. As expressões “reforma”; “apreensão”; “hora difícil” aparecem associadas.

Diferentemente, no periódico Última Hora, as significações dadas tratam de sustentar a personificação. Não fala do Congresso, mas das posições do então deputado federal eleito pela Guanabara e ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola:

O deputado Leonel Brizola participou do programa de televisão junto com o Secretário do Interior, professor Gay da Fonseca, sendo ambos entrevistados por jornalistas. [...] o ex-governador Brizola disse que se desencantou do Congresso onde permaneceu por mais de um mês, verificando que os trabalhos em favor das reformas foram praticamente nulos. Por isso decidiu unir os trabalhadores, estudantes, funcionários, militares, enfim, todas as camadas da população, para um trabalho de pressão sobre o Congresso, afim de “arrancar” dele as reformas estruturais. [...] Afirmou o sr. Brizola que o movimento que se efetua em todo o país, visando pressionar o Congresso para apressar as reformas, é um movimento pacífico, pois seu principal objetivo será evitar uma revolução, a qual considera inevitável caso não hajam alterações estruturais. Disse que os acontecimentos estão desenvolvendo por etapas e que, se as reformas não vierem com urgência, está consciente de que o povo irá procurar outras soluções. Esta será, então, a etapa decisiva, que somente será atingida na hipótese de continuarem os círculos privilegiados insistindo em fazer concessões, permanecendo em sua indiferença para com a angústia e a miséria da grande maioria do povo brasileiro.²⁰

Em outro trecho de uma edição posterior, o jornal Correio do Povo publica na íntegra o editorial do Jornal do Brasil que criticava as ações de Brizola enquanto o presidente João Goulart encontrava-se fora do país:

Mas desta vez, se inovando, com o desvio das cargas sobre seus próprios correligionários, companheiros de partido ou membros do governo. Foi o que se tornou nítido em sua última aparição no vídeo, combatendo dentro dos próprios muros partidários, sem sair do seu doméstico quintal político, como um chanceler de fôlego curto e esporões tão brunidos quanto convenientemente limados. Investindo de uma só vez, diretamente, contra três ministros de Estado e, indiretamente, contra a atuação do Presidente da República.²¹

²⁰ Última Hora, Porto Alegre, 14/3/1963. p. 9.

²¹ Correio do Povo, Porto Alegre, 27/4/1963. p. 7.

O(s) significado(s) de se contar uma história

Permitimo-nos aqui voltar ao difícil começo: tentar contar uma história sobre o governo João Goulart. Difícil pelos motivos que já constatamos a partir da historiografia: disputas de memória, polêmicas e esquecimento traduziriam, em resumo, a trajetória de João Goulart na presidência da República. No entanto, na tentativa de contar uma - e aqui é preciso salientar esse singular - muitos historiadores caíram na armadilha de explicar os fatos numa sequência lógica e cumulativa onde estão listados sucessos e desventuras de um governo tido por muitos como dramático. Entre uma ou outra interpretação, buscamos, no espaço que nos coube nesse artigo, compreender o governo João Goulart a partir das significações que lhe foram atribuídas e de como essas significações foram construídas. Vimos, portanto, que a Legalidade foi construída a partir dos sentimentos vinculados ao heroísmo do “povo gaúcho” que seria personificado, primeiramente, na figura de Getúlio Vargas como mito (reelaborado no contexto das negociações para a posse legal de João Goulart), depois do próprio João Goulart como “o gaúcho” e, no decorrer da Campanha da Legalidade, do então governador Leonel Brizola que se auto-atribui as significações dadas ao “povo gaúcho”. Sobretudo, essas significações eram sustentadas pelos princípios básicos do Estado liberal e democrático inaugurados no iluminismo e fortemente atrelados às concepções então em voga do que seria a nação brasileira. Democracia e Constituição representariam, assim, a “nação soberana” e o “povo brasileiro” enquanto que ao “povo gaúcho” caberia a tarefa de “defesa” do regime. De forma diferenciada, o periódico Correio do Povo significa o governo João Goulart a partir do “impasse”, das “inquietações” que “prejudicam” a “saúde do regime”. Para o Correio do Povo, o “atraso” representaria um descompasso do Brasil em relação ao avanço na modernidade e no “progresso”. Tanto a renúncia do presidente quanto as negociações para a implementação das reformas de base, passando pelo elogio ao sistema parlamentarista, sintetizam, em parte, essas concepções. Assim, procurando não fechar as interpretações do governo João Goulart, pretendemos, através daquilo que expusemos em nossa pesquisa, compreender o jogo político através da linguagem e dos significados atribuídos ao governo João Goulart, Não só isso: procuramos compreender de que forma o governo João Goulart chegou a significar alguma coisa. Mais complexo do que descobrir uma espécie de sentido “secreto” nos textos dos noticiários políticos aqui

interpretados, buscamos construir um deslocamento conceitual que possa dar conta de lidar com fenômenos do presente e do passado, haja vista que muitas dessas concepções e significados atribuídos pela imprensa da época ao governo João Goulart são apropriados pela historiografia sem maiores questionamentos.